



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

Conselho escolar: instrumento do trabalho democrático na escola

Cleone Martins de Souza Delfim

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**CONSELHO ESCOLAR: INSTRUMENTO DO TRABALHO
DEMOCRÁTICO NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Gestores, vinculada a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientação: Rita Cristina Lima Lages

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**CONSELHO ESCOLAR: INSTRUMENTO DO TRABALHO
DEMOCRÁTICO NA ESCOLA**

CLEONE MARTINS DE SOUZA DELFIM

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado por Banca Examinadora em 17 de julho de 2013 conferindo à autora, o título de Especialista em Gestão Escolar.

Banca examinadora:

**Professora Rita Cristina Lima Lages
(Orientadora)**

Belo Horizonte, 17 de julho de 2013

Dedico este trabalho a minha família, mãe, irmãos, esposo Carlos Augusto, filhos: Guilherme, Gustavo e Augusto e em especial ao netinho Bernardo, pelo infinito amor e compreensão.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida. Aos meus pais pelos ensinamentos sólidos. Agradeço imensamente a todos os professores pelas constantes reflexões, formação e conhecimento. Em especial à orientadora Rita Cristina pelo apoio e colaboração para realização deste trabalho.

RESUMO

Este estudo é uma pesquisa sobre Conselho Escolar. Pretende-se enfatizar as atividades desenvolvidas pelo Conselho Escolar de modo a incentivar e garantir o protagonismo de toda a Comunidade e a co-participação de todos na busca da construção de uma gestão democrática. O conselho escolar é a melhor e mais viável estratégia para construir novas concepções, conhecimentos, criação de práticas e espaços de interação em parceria com a comunidade escolar.

O conselho representa uma oportunidade de participação e decisão, um espaço de discussão, negociação, encaminhamentos de demandas educacionais, em busca de transparência, e autonomia. Às vezes assume um papel puramente burocrático para validação de termos de compromissos e outras necessidades do cotidiano.

A qualidade da educação não depende apenas de uma gestão democrática, mas de um planejamento participativo e de um projeto pedagógico eficiente e contextualizado com a realidade da escola. Afirma Veiga (2001, p.34).

Palavras-chave: Conselho escolar; interação, gestão democrática, participação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	8
CONSELHO E A EDUCAÇÃO.....	10
CONSELHO ESCOLARES E A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA.....	11
OS CONSELHOS	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	13
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	15
ANEXO Projeto Político Pedagógico.....	16

1- INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo incentivar e garantir o protagonismo da comunidade escolar e a co-participação de todos na busca da construção de uma gestão democrática. Pretende-se compreender o papel do Conselho Escolar como elemento de articulação sobre a realidade da comunidade escolar e os objetivos da política educacional do sistema de ensino, bem como o Projeto Político Pedagógico.

A educação vem crescendo muito ao longo dos anos, deixando claro que a participação de todos os envolvidos faz a diferença para melhor gerenciar as ações educacionais, tal como Veiga assim nos revela

Gestão democrática deve ter uma ampla participação, assegurando a transparência das decisões tomadas pela escola, exigindo a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica, rompendo com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática, buscando resgatar o poder do processo e do produto do trabalho dos educadores (VEIGA,1988,p.18).

Um dos grandes desafios a ser enfrentado pela escola é realmente apresentar bons motivos para que as famílias vençam suas dificuldades e passem a se envolver nos conselhos, reconhecendo o quanto são importantes para que a escola cumpra sua função.

O trabalho escolar é uma ação de caráter coletivo, realizado a partir da participação conjunta e integrada dos membros de todos os segmentos da comunidade escolar. No entendimento de Silva (2001, p.54).

A participação favorece a experiência coletiva, ao efetivar a socialização de divisões e a divisão de responsabilidades.

Segundo Gadotti (2010), é preciso um conjunto de ações políticas que vise a participação e à democratização das decisões. Dentre elas o autor cita as seguintes autonomia dos movimentos sociais e de suas organizações em relação a administração pública, abertura de canais de participação pela administração e transparência administrativa.

Devemos trabalhar os instrumentos de participação no sentido de que a população deixe de ser somente beneficiária das políticas públicas, mas que tenha presença ativa na definição, elaboração, execução e acompanhamento dos serviços

públicos. Segundo Gadotti (2010), para que a população participe é preciso oferecer as condições.

Costuma-se convocar a população para participar em horários inadequados, locais desconfortáveis, dificuldades de acesso, etc, sem nenhum cuidado prévio. A população precisa sentir prazer em exercer os seus direitos. (GADOTTI,2010,p.48).

Para concretizar uma gestão participativa educacional, é necessário que cada escola juntamente com a comunidade vá conquistando seu espaço de participação. Consta-se que as gestões das escolas não são partilhadas com os conselhos, que vem apenas para legitimar as decisões tomadas nos gabinetes dos gestores. É importante desenvolvermos uma cultura participativa, onde os espaços colegiados devem ocorrer como aprendizado político e de superação dos processos que caracterizam a realidade. É necessário novas dinâmicas de acordo com cada realidade escolar, a participação é um processo que favorece a experiência coletiva, ao efetivar a socialização de divisão de responsabilidades.

A formação da consciência crítica e autocrítica é essencial para elaborar o conhecimento dos problemas que afetam o grupo.

Segundo Libâneo (2004,p.10). “Na concepção democrático-participativa, os profissionais que trabalham na escola precisam desenvolver e pôr em ação competências profissionais específicas para participar das práticas de gestão.”

1.1 Apresentação e contextualização da pesquisa

O termo conselho, derivado do latim consilium, apresenta, desde os registros de documentação da antiga Roma, diferentes conotações, que vão do significado de aconselhamento à reunião para decisão de assuntos públicos. A palavra foi usada para designar ao longo da história humana instituições bem diferentes uma das outras, com funções, organização e composição as mais variadas, resultado, de determinações históricas políticas e sociais.

O Estado ditatorial e autoritário que governaram o Brasil por quinhentos anos de colonização, legou à nossa história uma profunda injustiça social. Este

autoritarismo está impregnado em nossas culturas e justifica a trajetória de uma escola elitista e excludente.

Com a nova constituição de 1988 estabeleceu-se nova diretriz para a estrutura administrativa do Estado brasileiro que prevê a criação de conselhos colegiados, com poderes legislativos que deliberam em todas as esferas dos poderes: federal, estadual e municipal, bem como nas administrações setoriais do poder público. Colegiados são órgãos dirigentes cujos membros têm poderes iguais (HOUAISS, 2001,p. 758).

O regime dava sinais de falência, intensificaram-se os movimentos políticos sociais na busca da democracia. Novos ventos exigiam que a escola elitista e excludente caminhasse na direção de uma escola pública para todos, o que tem demandado ações urgentes para um rastro de problemas ainda não resolvidos: atender a uma população de grande diversidade e garantir a efetiva aprendizagem e permanência de todas as crianças e jovens na escola e assim ter acesso a outras prerrogativas cidadãs.

Cabe a escola pública construir seu espaço de atuação em um ambiente escolar que não tenha a autoridade centralizada na figura do diretor, de hierarquia unidade de comando, valorização de obediência e subordinação, mas na co-gestão, ao planejamento estratégico, uma gestão democrática e participativa como instrumento da organização e funcionamento da unidade escolar. (SEE MG. Projeto Escolas- Referência- março de 2004).

Aprender a aprender é trabalho coletivo de uma organização na qual a aprendizagem é essencialmente um fenômeno coletivo, grupal e cultural. A proposta do Conselho Escolar é o instrumento norteador para escola e comunidade aprenderem a aprender e assim resgatar amplamente seu papel educativo.

Algumas diretrizes orientam para a formação efetiva do Conselho de Escola: abertura para aceitar erros e incertezas, sem escondê-los e sem evitar fazer perguntas problemáticas, pois os acontecimentos negativos podem servir como fonte de conhecimento de grande valor. O encorajamento a contraposição e exploração de diferentes pontos de vista, já que os problemas são complexos e multidimensionais, o conflito é construtivo. É importante que a ação seja dirigida para a investigação antes de impor objetivos, metas e alvos. É necessário vislumbrar meios para que o estudo e a reflexão possam surgir do próprio processo organizacional.

Construir uma instituição aberta à investigação e autocrítica que se auto-organiza ao acomodar ideias e valores é um desafio para toda gestão democrática.

O Conselho Escolar tem um papel decisivo na democratização da educação e da escola ao provocar um espaço e discussão para definir os rumos e as prioridades da realidade escolar numa perspectiva que priorize os interesses, as necessidades e anseios de todo o grupo, seja no respeito, compromisso, autonomia, transparência, competência e autoridade são quesitos inerentes ao bom desempenho do Conselho Escolar.

1.2- Conselho e a educação

No campo da educação, os conselhos existem desde o tempo do Império e sempre atuaram como agentes de conciliação entre governo e elites locais.

Segundo Cury (2000) a gestão da educação no Brasil tem nos conselhos de educação, um dos principais componentes. Desde o império eles começaram a ser tratados do ponto de vista legal, mas somente a partir de 1960, inauguram-se algumas conquistas em torno dessa temática com a criação do Conselho Federal de educação pela Lei nº 4.024 de 1961. Posteriormente, a Lei nº 5.692 de 1971 facultou aos municípios a criação de conselhos de educação e, atualmente a LDB 9394 de 1996 admite a existência de órgãos normativos dos sistemas educacionais.

Na constituição de 1988 os municípios são considerados como entes federativos autônomos e a LDB nº 9394 de 1996 determina que a gestão democrática é um dos princípios que deve reger o ensino. No artigo 14 está estabelecido que os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto político pedagógico; II participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

O Conselho de Escola é um colegiado, de natureza deliberativa e consultiva, constituído por representantes de pais, professores, alunos e funcionários. Tendo como função de atuar, articuladamente com o núcleo de direção, no processo de gestão pedagógica, administrativa e financeira da escola.

A regulamentação do Conselho de Escola está prevista na seguinte legislação:

- Artigo 95 da Lei Complementar 444/85;

- Comunicado SEE / MG, de 31/03/86;
- Comunicado SEE / MG, de 10/03/93

Cabe ao diretor propor ao Conselho de Escola que atue conforme seja o caso. Ele participa da votação do regulamento interno da escola, examina a organização da semana escolar, participa da elaboração do projeto da escola, opina sobre horários, sobre as ações pedagógicas. Cuida, também, dos recursos financeiros que a escola recebe como doações, colaborando na integração das crianças portadoras de necessidades especiais, participa das atividades extra-escolar e das complementares, cuida da segurança das crianças, do ambiente escolar de uma forma geral, além de organizar e difundir as informações necessárias aos pais e alunos.

2.1 - Os conselhos escolares e a gestão democrática

O princípio de gestão democrática das escolas públicas, um dos pilares da atual política educacional, está vinculado ao estabelecimento de mecanismos legais e institucionais de participação política da população. A concepção de gestão democrática baseia-se na ideia de que a participação concreta dos segmentos populares no processo decisório é condição básica para efetivação de gestão que atenda aos interesses de toda a população e não apenas das elites.

Compreendemos que para a construção de uma gestão democrática na escola e, para que a descentralização e a autonomia não sejam apenas prescrições legais é necessário rompermos com as estruturas burocráticas, centralizadas e verticalizadas dos órgãos que planejam e executam as políticas de educação, ou seja, é preciso ‘ “uma profunda alteração dos organismos ligados à educação: federais, estaduais e municipais” (SPSITO,2002 p.50).

Segundo Paro de todos os mecanismos de ação coletiva estabelecidos para ampliar a participação da comunidade na escola, o mais acionado e o que mais suscitou polêmicas, expectativas e esperanças foi o conselho escolar:

Temido por diretores, que receavam perder seu poder no controle da unidade escolar; reivindicado por professores e suas entidades sindicais que pretendiam com ele minimizar o autoritarismo do diretor e ter acesso ao poder nas unidades escolares; que viam nele a

oportunidade de reivindicar mais e melhor educação, o conselho de escola, junto com a eleição de dirigentes escolares, têm sido as características mais conspícuas das políticas educacionais daqueles sistemas de ensino que aceitam o desafio de democratizar a escola.[...] o conselho de escola permanece como um instrumento importantíssimo, se não de realização plena da democracia na escola, pelo menos de explicitação de contribuições e de conflitos de interesses entre Estado e a escola e, internamente a esta entre os vários grupos que a compõem. (PARO,2007,p.92).

É importante compreender a gestão democrática como espaço de participação, de construção da autonomia, de descentralização do poder e de exercício de cidadania. Ela não é apenas um princípio, mas um objetivo que deve ser buscado e aprimorado cotidianamente. É importante considerar que, embora o conceito de democracia seja um dos mais antigos, a implementação de práticas sociais democráticas e de relações de poder que de fato permitam a participação de todos nas decisões políticas são alguns dos aspectos mais difíceis de concretizar em toda a história humana.

2.2 - Os conselhos

De acordo com Dalben

Observa-se a importância destes Conselhos pela sua característica de espaço interdisciplinar de debate permanente, de geração de idéias e de tomadas de decisão a partir de pontos de vistas diferentes. Os Conselhos são elementos dinamizadores dos projetos pedagógicos, e espaços privilegiados de produção de conhecimento pela escola e sobre ela mesma. (DALBEN, 1992,p. 94).

Segundo Gadotti (1992) o Conselho Escolar deve deliberar sobre o currículo, o calendário escolar, a formação das classes, períodos e horários, atividades culturais, sobre a administração da escola como um todo. Ao Conselho caberá apontar soluções para os problemas que formam o conjunto da escola, entre os quais: aplicação dos recursos, racionalização dos horários de trabalho, elaboração do Plano Escolar, matrícula e funcionamento geral da mesma.

E é neste contexto que se destaca a importância do Conselho de Escola, que se transforma em apoio, diálogo entre as posturas diferenciadas e os posicionamentos dos diversos profissionais, o que possibilita uma revisão dos

pontos de vista, abrindo-se um espaço para que se faça uma reflexão sobre a melhor forma de auxiliar na resolução de problemas junto à gestão.

Para Dalben (1992) o processo se dá quando a reflexão se torna continua e é permitida pela observação, pelo questionamento, pela revisão de idéias, pela associação e estabelecimento de relações múltiplas(...)

As diversas atividades e a múltiplas tentativas com o afã de solucionar problemas e encontrar novos caminhos para desenvolver o processo educativo é um desafio que traduz todos os anseios da relação pedagógica, autônoma e participativa da escola.

De acordo com Teixeira (2001) para a construção dessas relações e da identidade da escola, um passo importante é articular relações com todos que possam ser envolvidos no cotidiano da escola, contribuindo cada qual com sua disponibilidade e sua competência(...)

E assim para que escola e comunidade obtenham sucesso é fundamental que a escola efetive o seu papel de formar cidadãos críticos e competentes para atuarem no mundo em que vivem, uma vez que, deve ser esse o objetivo de todo processo relacionado à educação do ser humano.

O projeto educacional da escola inclui todas as práticas e processos referentes à clientela a qual ela atende. O gestor da escola, juntamente com o Conselho Escolar, deverá abrir espaços de reflexão contínuo, sobre a prática pedagógica e acompanhar o desenvolvimento das ações e metas estabelecidas para o alcance dos objetivos propostos no projeto político pedagógico da escola

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas leituras realizadas percebe-se o grau de importância que um órgão auxiliar da escola pode obter, através do trabalho cooperativo e democrático dentro da instituição a qual ele serve.

O conselho escolar é o mecanismo da gestão democrática, tendo como instrumento a realidade da escola, a partir dos acertos e desacertos de suas práticas. Cabe ao diretor conciliar as demandas burocráticas, pedagógicas e administrativas, promover e valorizar a contribuição dos diversos membros da

comunidade escolar para fomentar a responsabilidade coletiva para o sucesso da instituição.

A cultura de participação é necessária, porque libera criatividade, fomenta a responsabilidade coletiva, aumenta o senso de propriedade e reduz o potencial de conflito. O papel do gestor é de conhecer bem a realidade, identificar oportunidades e mobilizar pessoas para a participação.

A tarefa primordial do diretor é gerir a escola de modo a permitir que o aluno seja o centro das atenções, por isso as atividades devem ser formuladas e executadas para atender aos alunos sintonizadas com as necessidades, expectativas da Comunidade Escolar.

O sucesso, a autonomia, a elevação dos índices de proficiência média é resultado da atuação da direção, na medida em que é fruto do Projeto Político Pedagógico, para o qual todos contribuem.

O curso de especialização em gestão escolar me deu suporte, embasamento e me fez refletir e jogar luz em cada análise, fala, e percepção dos participantes de cada segmento. Valorizar outros pontos para a pauta das reuniões de modo a legitimar a realidade da escola. Fatos às vezes insignificantes tornaram relevantes e cada um passou a demonstrar a real identidade da Instituição na qual, carinhosamente, faço parte e nesse momento tenho o privilégio de ser gestora.

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Ementa Constitucional n. 20, de 15-12-1998. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. **Lei nº 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Polêmicas do nosso tempo: Escola Cidadã**. Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil, 1992.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A Escolha de Dirigentes Escolares: políticas e gestão da educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2000.

HORA, Dinair Leal. **Gestão democrática na escola**. Campinas: Papyrus Editora, 1994.

LIBÂNIO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

NAVARRO, Ignez Pinto. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Vol.1.38-9. 2004

PARO, Vitor H. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez Editora, 1990.

PARO, Vitor. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 23. ed. Campinas: Papyrus, 2001.



ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR PAULO FREIRE

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**CLEMILDA APARECIDA DE SOUZA LAGE
CLEONE MARTINS DE SOUZA DELFIM
MARIA DA PENHA GREGÓRIO**

CORONEL FABRICIANO, 2013

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR PAULO FREIRE

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do (a) Professor (a) Wanderléa Mendes Guedes do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

CORONEL FABRICIANO, 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA.....	05
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	06
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	07
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	08
3. CURRÍCULO.....	10
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	12
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	13
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	16
7. AVALIAÇÃO.....	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS.....	23

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento fundamental que facilita e organiza as atividades da escola ao longo do ano. Além de ser mediador de decisões, da condução das ações e da análise dos seus resultados e impactos, prevê ações a curto, médio e longo prazo, intervindo diretamente na prática pedagógica diária escola.

“[...] A construção do PPP se dá num cenário de intensas transformações na sociedade contemporânea, em que é necessário retomar o sentido do trabalho escolar, bem como o papel das escolas e dos professores na construção de uma educação de qualidade social, considerando as necessidades dos atuais usuários da escola pública.” OLIVEIRA, 2010.

Nesse sentido, a escola Municipal Professor Paulo Freire elaborou seu PPP com a participação coletiva da comunidade escolar local e demais segmentos, representantes de pais e conselhos, pautados numa gestão democrática e participativa. Sua importância se justifica no desejo de melhorar cada vez mais a realidade existente, através de mudanças significativas que levem os educandos a se apropriarem do saber como direito universal, já que a educação pode nos tornar mais humanos, mais atualizados historicamente e mais sintonizados com os problemas sociais do nosso tempo e espaço.

A Escola Municipal Professor Paulo Freire foi criada em 01 de julho de 2008 pelo Conselho Municipal de Educação, da cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais através da Lei nº 3407 de 2008. Localizada à Rua Rondônia, 143, Bairro Aparecida do Norte. A escola oferece Educação Infantil, 1º e 2º Períodos e Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, num total de 358 alunos. A escola recebeu este nome em homenagem ao Professor Paulo Freire por ser considerado o maior educador brasileiro de todos os tempos.

É mantida pela Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, que fica localizada à Praça Louis Ensh, s/nº – Centro – Coronel Fabriciano – MG. Telefone: 31- 3846-6700. Para isso, conta com os Programas do Governo Federal.

O espaço Físico da escola consta de: 1 sala de professores, 1 biblioteca / conjugada com sala de coordenação, 7 salas de aula, 1 sala de informática, 1 sala de diretor, 1 secretaria, 1 cantina, 1 dispensa, 1 almoxarifado, 1 refeitório, 2 banheiros para funcionários, 2 banheiros feminino de alunos, 2 banheiros masculino de alunos, 1

área livre descoberta, 1 área coberta para movimento e educação física, 1 área destinada a uma futura quadra e uma parte para horta materiais pedagógico, livros, vídeo, som, DVD, TV.

O corpo docente é constituído de 25 professores, devidamente habilitados ou autorizado na forma da legislação vigente. A escola conta também com 5 Auxiliares de Serviços da Educação, 2 Coordenadores, 3 Secretárias, 4 Vigias (revezam turno) e 1 diretora.

Segundo instrumental investigativo utilizado no início do ano a maioria dos alunos reside no mesmo bairro da escola e têm como responsáveis os genitores (cerca de 87%); outros têm somente a genitora como responsável principal (11%); os demais são orientados por outros familiares; mais de 92% das famílias dos alunos são cristãs e praticam uma religião; a maioria é evangélica (62% dos que praticam alguma religião, enquanto os católicos representam 30%). A média de escolaridade dos responsáveis é o ensino médio completo (2º grau); o núcleo familiar é formado por até cinco pessoas (73%); as residências possuem de três a cinco cômodos (79%); a maioria mora em residência própria (53%), alguns em casa alugada (37%) e outros cedida (10%). No geral, os alunos se relacionam bem com os funcionários da escola, os pais são, em sua maioria, participativos nas reuniões da escola, nos eventos e conselhos escolares.

Estas constatações nos levam a refletir sobre como a educação se dá em casa, como são as relações estabelecidas e de que forma elas refletem na escola. Nós educadores temos uma grande responsabilidade, pois nos cabe resgatar valores e condutas há muito esquecidas devido às mudanças provocadas de forma acelerada em nosso tempo.

O (PPP) está fundamentado na LDB nº 9.394/96, no Regimento Escolar do Município, e do estabelecimento de Ensino, no Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme está determinado pelo (CNE) Conselho Nacional de Educação, nos Parâmetros Curriculares, na Proposta Pedagógica do Município. O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento vivo que faz parte da realidade escolar, ele é necessário e possível, estando em constante transformação.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Professor Paulo Freire tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, oferecendo um ensino de qualidade para todos, tendo a preocupação de reconhecer que a lógica que sustenta esses tempos ciclos deve estar centrada, basicamente nos educandos, que segundo o professor Miguel G. Arroyo, são sujeitos de direitos e que todo tempo humano desde o nascimento é tempo de direito à formação humana. Cabendo à Escola estimular e legitimar novas práticas que possam garantir que as crianças sejam sujeitos centrais de sua história e da comunidade.

As transformações sociais constantes, intensas e desafiadoras, típicas de uma sociedade globalizada e informatizada, demandam uma educação de qualidade que exige cada vez mais da escola e dos educadores. Por acreditar no homem e em sua capacidade inovadora, criativa é que o nosso corpo docente e administrativo caminha em busca de alternativas que possam propiciar o crescimento do aluno, no sentido de levá-lo a ajustar-se em nossa sociedade se posicionando como cidadão crítico, cooperativo e participativo.

A escola assume como missão a garantia da equidade de tratamento e de oportunidade para formar o aluno com competências cognitivas, atitudinais, relacionais e comunicativas necessárias para que ele viva e atue plenamente em sociedade. Nossa perspectiva, é que esta escola promova em seu cotidiano as interações sociais, para que os educandos e educadores utilizem-se do diálogo, da cooperação, da troca de informações mútuas, do confronto, dos pontos de vistas divergentes que implicam na divisão de tarefas, nas quais cada um tem uma responsabilidade que, somadas, resultarão no alcance de um objetivo comum. Neste sentido, Souza (2010) afirma que, “É justamente neste momento que a força do coletivo deve se mostrar, não como imposição, mas como elo catalisador, com vistas a orientar um trabalho pedagógico consistente e orgânico ao Projeto Político Pedagógico da Escola.”

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Existem dois tipos básicos de estruturas organizacionais dentro da escola: a administrativa e a pedagógica. A primeira assegura a gestão de recursos humanos, físicos e financeiros. Além dos elementos materiais como a manutenção do edifício escolar, os equipamentos e materiais didáticos, o mobiliário, a distribuição das dependências escolares, bem como a organização dos espaços livres, a limpeza e o saneamento básico (água, esgoto, lixo e energia elétrica). No caso das estruturas pedagógicas, são fundamentalmente as interações políticas, as questões referentes ao ensino e à aprendizagem e às questões referentes ao Currículo escolar. Nas estruturas pedagógicas incluem-se todos os setores necessários ao desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Sabendo que toda escola necessita de uma estrutura de organização interna, que deve ser pautada no regimento escolar e/ou na legislação do município, e que esta organização é necessária para o ordenamento e disposição das funções que asseguram o funcionamento de toda a escola, a Escola Municipal Professor Paulo Freire apresenta o seu tipo de estrutura organizacional dentro das orientações repassadas pela Secretaria Municipal de Educação de Coronel Fabriciano – MG.

A escola é composta por 40 funcionários. Sendo 1 diretora, 2 coordenadoras (1 de Educação Infantil e 1 do Ensino Fundamental), 1 secretária, 2 (ATE) Auxiliares Técnicas de Educação, 25 professores, 5 auxiliares de serviços gerais e 4 agentes de portaria. Órgãos Colegiados: O Conselho Escolar e Conselho da Caixa Escolar (São compostos por representantes de todos os segmentos da escola).

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

O quadro administrativo da escola é composto pela diretora e pelas coordenadoras. Cabe à Equipe gestora a função de garantir o cumprimento da carga horária de acordo com os quadros curriculares aprovados pela a secretaria Municipal de Educação, distribuídos com no mínimo 200 dias letivo e 800 horas, conforme a lei de diretrizes de bases da educação nacional, garantir o acesso do aluno e zelar pela sua permanência na escola, zelar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente e a qualidade do ensino, acompanhar o processo de ensino aprendizagem dos alunos e zelar pela manutenção dos bens patrimoniais, do prédio e mobiliários,

procurando enfatizar a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, e professores na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, e administração dos recursos.

O prédio ocupado pela escola é uma casa antiga adaptada, as salas de aula são pequenas, mas os mobiliários são adequados. Os pátios cobertos e descobertos são pequenos não comportando os eventos de maior público da escola.

A prestação de contas, de qualquer verba que a escola receba, será exposta em murais informativos e divulgada em reuniões pedagógicas com professores e/ ou responsáveis, para que o processo de gestão financeira, assim como os demais, seja claro e de fácil acesso.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

A Estrutura Organizacional Pedagógica tem a função de verificar junto ao grupo de educadores, nos momentos de coordenação pedagógica, a aprendizagem dos alunos, para poder adotar medidas que elevem os níveis de desempenho dos educandos visando garantir o IDEB da unidade escolar para que seja igual ou superior a projeção do MEC.

É também responsável por zelar para que a filosofia da escola esteja sempre caminhando de acordo com as ações previstas no Projeto Político Pedagógico da escola. A escola promove a construção desses mecanismos através da participação da comunidade escolar no Conselho Escolar, na elaboração do PPP, PDDE. Mas ainda há a necessidade de fortalecer cada vez mais a participação dos pais no processo de tomada de decisão.

A organização dos educandos encontra-se da seguinte forma:

- Educação infantil: Maternal – crianças de 3 anos; 1º período – crianças de 4 anos e 2º período – crianças de 5 anos.
- Ensino Fundamental: Ciclo da Infância: 1º ano – crianças de 6 anos; 2º ano – crianças de 7 anos e 3º ano – crianças de 8 anos.
- Ensino Fundamental: Ciclo da Pré-adolescência: 4º ano – crianças de 9 anos e 5º ano – crianças de 10 anos.

Nossa linha pedagógica caracteriza-se pela interação entre os membros da comunidade escolar, pela construção do conhecimento e o respeito ao tempo de

formação humana. Desta forma, os educadores desenvolverão sua prática valorizando a diversidade cultural e humana, buscando a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade. Com isso, acreditamos desenvolver as competências e habilidades necessárias, não somente nos estudantes, mas em toda a comunidade escolar.

Neste sentido, o trabalho pedagógico transcorrerá abordando os temas transversais, os valores humanos e as várias formas de manifestação das inteligências humanas, em um clima propício à aprendizagem e desenvolvimento.

Em nossas coordenações pedagógicas gerais ou específicas iremos trocar experiências, planejar e avaliar a prática pedagógica e todos os fatores que possam influenciar o aprendizado. As capacitações necessárias serão feitas em nossos momentos de estudos, nas dependências da escola, ou através dos cursos oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação para as diversas áreas, objetivando proporcionar o aperfeiçoamento permanente e a abertura de novos caminhos.

Em sala de aula, os (as) professores (as), contando com o suporte da própria escola e da Secretaria de Educação do Município de Coronel Fabriciano, irão gerar debates, promover exposições, amostras, produção e reflexão sobre os saberes já adquiridos e os por adquirir, ou seja, o trabalho partirá dos conhecimentos do estudante para que estes sirvam de base para os novos conhecimentos.

O ambiente escolar também será planejado para que favoreça o aprendizado. Os murais, tanto internos quanto externos, servirão para propagar os eixos de discussão e expor os trabalhos realizados pelo (a) aluno (a).

A escola dispõe de vários recursos didáticos essenciais ao processo de ensino e aprendizagem, a saber; 2 aparelho de DVD's, 2 televisores, uma caixa de som amplificada, 5 microsistem, 2 microfones, 3 impressoras, 4 computadores, um acervo de aproximadamente 700 títulos, 30 DVDS didáticos. Mas ainda há necessita de ampliação dos espaços para melhor organização das atividades escolares.

É importante ressaltar que a equipe de professores da escola tem uma relação muito boa com as coordenadoras e com a direção, há uma parceria e um respeito mútuo que torna a equipe bem entrosada, a participação em encontros coletivos é massiva e todos buscam alcançar o melhor desempenho em seu cotidiano para elevar a aprendizagem dos alunos. Há uma busca constante, por parte da equipe gestora, de

proporcionar aos diversos segmentos envolvidos com o processo educativo momentos de diálogo, com espaços abertos à reflexão coletiva, a gestão é bem descentralizada.

3. CURRÍCULO

O currículo é a peça fundamental nas ações cotidianas escolares para que se alcancem todos os objetivos propostos no Projeto Político Pedagógica, segundo Vasconscellos (1995, 143 apud ZIMMERMANN), ele é

“um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, de forma refletida, consciente, sistematizada, científica e participativa. Tudo que for criado para o bem da escola deve surgir por ocasião de seu próprio cotidiano e retornar a ele, para assim poder ser válido e ter respectivo valor, e, sucessivamente, dar possibilidade de todos os envolvidos de ressignificarem também seus conceitos e valores, objetivando o bem comum.”

O Currículo da Escola Municipal Professor Paulo Freire é desenvolvido atendendo a uma Base Nacional Comum e a uma parte diversificada. Pautamos nossa Estrutura Curricular em torno da Organização do Ensino Fundamental de 9 anos dentro de uma gestão democrática e participativa.

O desenvolvimento das capacidades/ habilidades está em consonância com as diretrizes da SMEC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura) de Coronel Fabriciano, com Planejamento a partir dos Eixos e Capacidades relativas à leitura e Produção textual. Define-se a partir daí a Proposta Curricular das diversas áreas do conhecimento buscando a integração relação entre elas de forma interdisciplinar.

Na base comum os componentes curriculares dos anos iniciais do Ensino Fundamental são Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física, Ensino Religioso, Literatura, Artes e Informática.

Na parte diversificada, que busca atender as especificidades locais e regionais, será oferecida como língua estrangeira moderna a informática. Serão oferecidas também atividades complementares distribuídas de acordo com a matriz curricular e a realidade da escola. Temas transversais serão trabalhados ao longo do ano letivo, de forma interdisciplinar e contextualizada, através de projetos de modo a proporcionar a construção do saber aliado ao exercício da cidadania plena e a aquisição de conhecimentos e valores, numa perspectiva crítica consciente e responsável.

Iremos trabalhar sob a perspectiva da Pedagogia de Projetos, onde os temas são expostos de forma multidisciplinar, os rumos são determinados pelo coletivo, através de ampla discussão, e se estabelece o processo avaliativo, ou seja, são avaliados o trabalho realizado pelos alunos, pelo professor, o aprendizado significativo e os meios utilizados durante a execução.

O planejamento didático-pedagógico atende aos preceitos legais respeitando os direitos estabelecidos em Lei, os educadores destinam um terço de sua jornada de trabalho ao ato de planejar. Sendo que, deste tempo, duas horas são destinadas a estudos direcionados pelas coordenadoras e as outras 4 horas são destinadas ao planejamento das aulas e ao preparo de materiais didáticos utilizados nas aulas. O espaço da coordenação é utilizado para as realizações de estudos dirigidos, formulações de projetos e o planejamento das ações realizadas, semanalmente.

A escola possui alguns projetos institucionais que são trabalhados ao longo do ano e abre possibilidades aos professores para que eles trabalhem outros projetos que julgarem necessário. Ao fim do projeto, que deve ser trabalhado de forma interdisciplinar, são realizadas apresentações dos resultados, de acordo com as datas e sob forma decidida no coletivo. O trabalho com projetos é para valorizar e melhorar as aulas, colocando o aluno em contato com a realidade, buscando o senso crítico e estratégias que favoreçam a compreensão, facilitando e integrando o universo que os cerca.

Nas coordenações as ações são planejadas para melhor aproveitar as habilidades dos alunos, de acordo com a necessidade /realidade da escola; despertando com isso, a motivação , a auto-estima e uma maior participação da comunidade escolar. O planejamento das ações realizadas e reuniões coletivas são preparadas e discutidas semanalmente.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O calendário escolar ordenará a distribuição dos dias de atividades previstos por lei. O ano letivo tem a duração de 200 dias letivos anuais com 800 (oitocentas) horas anuais. (**Ver Anexo 1**) Considera-se como dia letivo aquele que envolve professores e alunos em atividades escolares relacionadas com o processo ensino aprendizagem independente do local do local em que elas aconteçam.

A jornada de trabalho será de 4h e 15 minutos diários, incluindo recreio, o módulo aula do Ensino fundamental de 1 hora e recreio com duração de 15 minutos. No calendário deve conter: o início e o término do ano escolar; o início e o término do ano letivo; os dias letivos; os dias destinados ao planejamento escolar, capacitação dos professores, reuniões do conselho de classe, recuperação paralela, e eventos; os dias destinados às programações pedagógicas da escola; os períodos de matrículas, férias dos professores e alunos, recessos; os dias destinados às programações cívicas e sociais, educacionais e culturais d escola e do município e os dias destinados para reuniões de pais.

O calendário escolar tem por finalidade a previsão dos dias e períodos destinados à realização das atividades curriculares no estabelecimento, sendo elaborado pelos profissionais da escola e encaminhado ao NOE (Núcleo de Organização Escolar) na Secretaria de Educação, antes do início do ano escolar para aprovação e acompanhamento das atividades nele previstas.

As aulas previstas no Calendário escolar podem ser suspensas somente em decorrência de situações que justifiquem tal medida, ficando sujeitas à compensação do dia letivo e da carga horária correspondente, e comunicação imediata ao Órgão competente.

O planejamento da Escola levará em consideração as necessidades da clientela, da comunidade e as determinações legais. Os planejamentos serão elaborados pelo corpo docente, com orientação e acompanhamento do serviço pedagógico. São planejamentos semanais, realizados em grupos, de acordo com os grupos etários..

Os alunos são agrupados por faixa etária, sendo respeitada a legislação vigente para idade mínima em cada ano escolar.

5. PROCESSO DE DECISÃO

A gestão da unidade escolar será exercida legalmente pelo diretor e pelo vice-diretor sob a plena observância da legislação vigente, com a cooperação dos professores e do pedagogo/coordenador pedagógico em consonância com as deliberações do Conselho Escolar.

Na ausência ou impedimento do Diretor, responderá pela direção da escola o vice-diretor ou pedagogo/coordenador pedagógico.

A escola no processo de gestão democrática possui além do gestor a presença dos membros do Conselho Escolar e do Conselho da Caixa Escolar, como forma de decisão coletiva. Todas as decisões acontecem através das assembleias e são registradas em Ata, constando a convocação, os votos e as assinaturas dos membros.

A criação do Conselho Escolar é fundamental para organizar e sistematizar o trabalho educativo. Exerce um papel relevante na gestão escolar contribuindo para a construção e implementação do Projeto Político Pedagógico ampliando a aprendizagem das crianças e auxiliando a escola no cumprimento de sua função social.

O Conselho Escolar da E.M. Professor Paulo Freire atua desde 2008, ano de sua criação e privilegia a cooperação, a transparência, o diálogo e a interação em todos os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros da organização do trabalho escolar.

A participação desse conselho se traduza em resultados concretos e, conseqüentemente, na coordenação geral das atividades educativas, e a função do diretor como líder é direcionada para a transformação da realidade vivida pela escola. Conforme afirma Gadotti:

O Conselho de Escola, com a participação de pais, professores, alunos, membros da comunidade é o órgão mais importante de uma escola autônoma. Ele deve deliberar sobre a organização do trabalho na escola, sobre o funcionamento e, inclusive, sobre a escolha da direção. (GADOTTI, 1992, p. 49)

O Conselho Escolar da Escola é constituído por representantes de pais, professores, pedagogos, membros da comunidade local e a diretora.

As contribuições político-pedagógicas resultaram de ações do Conselho Escolar de como melhorar o nível de leitura, os resultados da Provinha Brasil as avaliações desenvolvidas pela escola, a sua própria avaliação, as condições físicas, materiais pedagógicos, o trabalho docente e o desempenho dos alunos.

Muitas ações planejadas foram alcançadas como: participação no processo da eleição para escolha do Diretor e acompanhamento na execução do calendário escolar, no que se refere ao cumprimento do número de dias letivos e a carga horária que está previsto.

O grande desafio é garantir a participação efetiva de todos os envolvidos nas decisões mais importantes que acontecem na escola.

A escola tem procurado abrir espaço nas reuniões que acontecem todos os meses para que os envolvidos tenham conhecimento de onde originam os recursos, como podem ser aplicados e que tragam benefícios para os envolvidos no processo de aprendizagem e envolvam em debates com decisões coletivas. Às vezes alguns participantes só observam o resultado final e deixam de envolver nas discussões que são fundamentais para melhorias não só em relação à rede física, mas indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem.

As decisões são tomadas no coletivo, de forma democrática e participativa, através de reuniões pedagógicas, ou reuniões de conselho, onde o colegiado tem liberdade e autonomia para discutir e deliberar com soberania sobre as propostas, sendo estas acatadas pelo o grupo depois de chegarem a um consenso.

As reuniões do Conselho Escolar são mensais na própria escola, os membros são convocados com 72 horas de antecedência pelo diretor presidente do conselho, através de bilhetes convocativo, os assuntos a serem discutidos são apresentados em pauta e lavrados em ata que é assinada pelos membros do Conselho no final da reunião.

A escolha do diretor é feita através de processo eletivo com a participação da comunidade escolar e representante de pais de alunos cadastrados para votar seguindo orientação das normas e orientação da (SMEC) Secretaria Municipal de educação e Cultura.

O processo coletivo de avaliação dos serviços escolares é realizado nas reuniões pedagógicas, conselhos de classe, planejamento semanal e avaliações de desempenho dos servidores. Havendo necessidade de urgência é convocada uma reunião de emergência para a comissão avaliar.

Prevalece atitudes descentralizadoras, com grande participação e envolvimento de toda equipe escolar, atuando com foco nas relações humanas, para que garanta boas condições e bom ambiente de trabalho.

O Diretor é eleito pela Comunidade Escolar, segundo a resolução e nomeado pelo Prefeito em conformidade com a Proposta Político-Pedagógica da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho na escola para que se cumpram os objetivos propostos são pautadas na ética e no respeito às diferenças. Existem regras de convivência, construídas juntamente com os professores e demais funcionários no momento de elaboração do PPP. Mais estas são revistas sempre que necessário, principalmente no início do ano quando recebemos pessoas novas no grupo, onde fica claro que discriminar ou usar de violência simbólica, bem como agredir física ou verbalmente qualquer membro da comunidade escolar, expor colega de trabalho deixando-o em situação constrangedora é inadmissível.

A relação de trabalho é pautada nos princípios de solidariedade responsabilidade, postura ética, seguindo as normas internas do local de trabalho e a legislação vigente.

Cabe à Equipe Gestora dirigir a escola pedagógica e administrativamente, cumprindo e fazendo cumprir as leis. Desta forma, o diretor deverá responder pelo cumprimento, no âmbito da escola, das leis, regulamentos e determinações, bem como dos prazos para execução dos trabalhos estabelecidos pelas autoridades competentes.

O diretor é o representante legal da Instituição junto aos Órgãos competentes e como gestor, prestará contas à Entidade Mantenedora de todas as ações desenvolvidas, competindo a ele: representar o Estabelecimento, responsabilizando-se por seu funcionamento, perante os órgãos e entidades de

ensino do Poder Público. Nesse sentido concordamos com Lucchesi (1997, p. 233-4), ao afirmar que “o diretor é um importante profissional nesse contexto.”

Para que as relações de trabalho sejam favoráveis algumas normas de convivência foram acordadas: todos os membros da comunidade escolar devem ser pontuais e assíduos às atividades requeridas pela escola, ao início e término de sua jornada de trabalho e às atividades promovidas pela escola, conservação e limpeza do prédio, dos móveis e utensílios, dos materiais e equipamentos da escola, colaborar na disciplina dos alunos nos corredores, recreio e na entrada e saída das aulas, comparecer às reuniões a que for convocado, trabalhar em comum acordo com os demais funcionários e com a Equipe Gestora da Escola, colaborando no desempenho das funções e objetivos do Estabelecimento; comunicar à Direção do Estabelecimento qualquer incidente ocorrido na Escola durante sua jornada de trabalho e zelar pela conservação do material sob sua guarda, pela boa ordem e higiene em seu local de trabalho.

A organização do trabalho pedagógico é composta por um técnico de nível superior e um coordenador pedagógico que deverão trabalhar de forma integrada promovendo a articulação entre os demais serviços em busca da qualidade do ensino-aprendizagem, com observância dos dispositivos constitucionais, LDBEN nº9394/96 e da legislação do Sistema Municipal de Ensino de Coronel Fabriciano. O Serviço de Coordenação Pedagógica tem por objetivo orientar, acompanhar e avaliar o trabalho dos professores e o desempenho dos alunos nos planos afetivo, psicológico, social e intelectual.

O Serviço Pedagógico é desenvolvido de acordo com a legislação vigente, por profissional legalmente habilitado. A Coordenação Pedagógica é um processo dinamizador do crescimento pessoal do educando e coordenador das atividades docentes, cujas funções são de assessorar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades de caráter técnico-pedagógico do processo ensino-aprendizagem.

O exercício de opinar, argumentar e ouvir são práticas permanentes na escola Paulo Freire. Nas situações de conflitos são utilizadas mais reflexões, discussão sobre a prática pedagógica com elaboração de projetos de trabalho visando um planejamento sistemático, coletivo e cooperativo, tendo como alvo a democratização das informações e decisões. Nestas situações são utilizados canais dinâmicos de comunicação com as famílias por bilhetes, telefones, visitas, acompanhamento de problemas familiares, saúde física e emocional de nossos alunos.

As relações de conflitos entre criança e criança são resolvidas através de conversas com as crianças envolvidas levando-as a perceberem que o conflito tem que ser resolvido entre elas, uma pedindo desculpas para a outra, e conforme o caso os responsáveis são chamados para ficarem cientes da situação, o registro do fato é feito no formato de ata, e é arquivado na pasta do aluno.

Com relação aos conflitos entre as crianças e os adultos e adultos e adultos o procedimento é o mesmo: há conversas individuais com os envolvidos, registro em ata do fato ocorrido, e conforme o caso há um encaminhamento para a Secretaria Municipal de Educação para que se tomem as devidas soluções.

7. AVALIAÇÃO

Acredita-se que a Avaliação é um dos instrumentos fundamentais da prática pedagógica no processo de ensino e aprendizagem tanto para o aluno quanto para os educadores. Destaca-se para o aluno na sua vida e no seu processo de escolarização, pois define a permanência e a continuidade de seu desenvolvimento na escola. Através da avaliação o aluno terá possibilidade de compreender seu processo de aprendizagem e consciência de seu desenvolvimento, tanto intelectual como social, afetivo, político e moral.

A avaliação nos possibilita a análise reflexiva dos avanços e dificuldades dos educandos por meio deste instrumento a equipe da escola poderá rever intervir e redefinir sua prática pedagógica. A avaliação assumirá um caráter inclusivo, trazendo ao aluno a confiança em si e o estimulará a avançar sempre, com gosto e o prazer pelos estudos.

O processo de aprendizagem deve estar enquadrado numa nova concepção em que considera a descrição dos avanços e dificuldades do educando nos seguintes

processos: observação, avaliações, debates, auto-avaliação e trabalhos em grupo. A avaliação será processual e contínua, buscando auxiliar a implementação do projeto pedagógico no seu dia-a-dia e ao longo do ano, estimulando a sua execução por meio de ações práticas e possibilitando a tomada de decisões.

Os educadores desta instituição de ensino acreditam que não existem instrumentos específicos de avaliação capaz de avaliar a totalidade do desenvolvimento de aprendizagem do aluno mediante as limitações que cada instrumento avaliativo apresenta, fazendo-se necessário adotar instrumentos diversos e alternativos para que a avaliação seja verdadeira e legítima. Concordamos com Luckesi (1999, p.43)

quando ele afirma que “para não ser autoritária e conservadora, a avaliação tem a tarefa de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento da identificação de novos rumos”.

A avaliação deve ser elaborada em forma de síntese sobre os avanços e as dificuldades do aluno, baseando-se em sua participação em sala de aula. “O valor da avaliação encontra-se no fato do aluno poder tomar conhecimento de seus avanços e dificuldades. Cabe ao professor desafiá-lo a superar as dificuldades e continuar progredindo na construção dos conhecimentos. (Luckesi, 1999).

É responsabilidade do professor informar constantemente à equipe gestora e pedagógica sobre os avanços e dificuldades do aluno em todas as etapas do período letivo sem esperar pelas datas definidas em calendário pela equipe gestora para o fechamento das etapas.

Todas as práticas pedagógicas da escola são baseadas nos Parâmetros Curriculares, os instrumentos de avaliação tem sido essenciais como ponto de partida dos educadores para que as dimensões ou eixos do conhecimento sejam alcançados com exatidão. Tendo em vista tal amplitude, os critérios de avaliação são utilizados a serviço da aprendizagem dos alunos.

A escola também deverá ser avaliada, enquanto instituição, por todos os membros da comunidade escolar, inclusive pelos pais e pelos próprios alunos, através de um instrumental apropriado a cada segmento.

Em síntese como afirma Perrenoud (1999 p. 165.) “O importante não ‘é fazer como se’ cada um houvesse aprendido, mas permitir a cada um aprender”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colaboração é necessária para que a educação aconteça de fato, e a gestão não se estabelece isoladamente, ela não caminha sozinha, sendo, portanto, carente de apoio e ajuda em todos os momentos. A participação dentro de qualquer projeto é fundamental para que este se concretize. E não poderia ser diferente numa área como a da educação, onde se faz tão pouco e se exige tanto.

O Projeto Político Pedagógico da escola inclui todas as práticas e processos referentes à clientela a qual ela atende. O gestor da escola, juntamente com a comunidade escolar, deverá abrir espaços de reflexão contínuos sobre a prática pedagógica e acompanhar o desenvolvimento das ações e metas estabelecidas para o alcance dos objetivos propostos no PPP da escola.

O que se espera da Comunidade escolar é que ela atue junto ao gestor, avaliando de maneira geral os trabalhos desenvolvidos pela instituição e apoiando as tomadas de decisão que o gestor colocar em prática através da discussão, reflexão e atuação coerente, autônoma e participativa. E mais uma vez se torna relevante citar a importância de um gestor comprometido com a democracia dentro e fora da escola.

Sendo o PPP um instrumento que apresenta as necessidades e posturas dos profissionais da instituição como um todo, deve-se exigir desses profissionais uma constante reavaliação, diante do cotidiano que a escola enfrenta diariamente, afim de verificar até que ponto o documento está sendo coerente com a realidade. O proposto só se efetivará, se houver por parte da gestão democrática, um gestor que

coordene a efetiva integração da comunidade escolar, na perspectiva de estabelecer uma prática de reflexão permanente das demandas da escola.

A tarefa não é fácil, entretanto é preciso que todos que fazem parte da comunidade escolar participem junto ao gestor, fortalecendo-o para que tenha condições de

propor e executar melhorias de uma forma geral dentro da escola. Buscar a construção de uma escola autônoma e democrática é tarefa de todos os envolvidos com a educação. É necessário abrir espaço para o diálogo, para a participação e valorização dos profissionais através da competência, da vontade de realizar uma educação de qualidade em todos os sentidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. **Imagens quebradas trajetórias e tempos de aluno e mestres**. Petrópolis: Vozes 2004 (4ª edição).

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação Educacional Brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GADOTTI, M. 1992. **Escola Cidadã: uma aula sobre a autonomia da escola**. São Paulo, Cortez, 140 p.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96, Brasil, 1996.

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. 15. Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LUCKESI. C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola, 2010**. Disponível em moodle3.mec.gov.br/UFMG. Acesso em 14 de março de 2013.

Parâmetros Curriculares Nacionais.

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professor Paulo Freire.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: Caminho para uma Escola Cidadã mais bela, prazerosa e aprendente <!--[if !supportFootnotes]-->: Paulo Roberto Padilha
<http://www.moodle.ufba.br/mod/book/view.php?id=14365&chapterid=11171>

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.) **Níveis de planejamento educacional**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov/UFMG. Acesso em 03 de março de 2013.

VASCONCELLOS, C.S. **Planejamento**: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertat, 1995

ANEXO

ANEXO 1



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CALENDÁRIO ESCOLAR – ANO 2013

UNIDADE ESCOLAR: _____

ENDEREÇO: _____

MODALIDADE: _____

JANEIRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
		1 ♣	2 ♣	3 ♣	4 ♣	5 ♣
6 ♣	7 ♣	8 ♣	9 ♣	10 ♣	11 ♣	12 ♣
13 ♣	14 ♣	15 ♣	16 ♣	17 ♣	18 ♣	19 ♣
20 ♣	21 ♣	22 ♣	23 ♣	24 ♣	25 ♣	26 ♣
27 ♣	28 ♣	29 ♣	30 ♣	31 ♣		

1 - Confraternização Universal

L: 16 FEVEREIRO E:02						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					1 ♣	2 ♣
3 ♣	4 ♣	5 ♣	6 ♣	7 ♣	8 ♣	9 ♣
10 ♣	11 ♣	12 ♣	13 ♣	14 ♣	15 ♣	16 ♣
17 ♣	18 ♣	19 ♣	20 ♣	21 ♣	22 ♣	23 ♣
24 ♣	25 ♣	26 ♣	27 ♣	28 ♣		

12 – Carnaval
 13 - Cinzas

L: 19 MARÇO E:01						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					1 ♣	2 ♣
3 ♣	4 ♣	5 ♣	6 ♣	7 ♣	8 ♣	9 ♣
10 ♣	11 ♣	12 ♣	13 ♣	14 ♣	15 ♣	16 ♣
17 ♣	18 ♣	19 ♣	20 ♣	21 ♣	22 ♣	23 ♣
24 ♣	25 ♣	26 ♣	27 ♣	28 ♣	29 ♣	30 ♣
31 ♣						

29 - Paixão de Cristo
 31 - Páscoa

L: 20 ABRIL E:03

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

21 - Tiradentes

L: 21 MAIO E:01

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

1 - Dia do trabalhador
0 - Corpus Christi

L: 21 JUNHO E:01

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

L: 13 JULHO E:02

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

L: 20 AGOSTO E:01

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

L: 21 SETEMBRO E:01

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

7 - Independência do Brasil

L: 19 OUTUBRO E:01

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

12 - Nossa Sra. Aparecida

L: 20 NOVEMBRO E:01

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

2 - Finados
15 - Proclamação da República

L: 10 DEZEMBRO E:01

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

25 - Nata

LEGENDA:

{	£	♣
o	♪	f
ñ	(Extra - turno)	F
■	L	¶
ÿ	Ř	§
F	♥	&
Início e término do Ano Escolar	Reunião de Pais	Feriado
Início e término do Semestre Letivo	Encontro Coletivo / Conselho de classe	Aula Inaugural
Consciência Negra	(Extra - turno)	Sábado Letivo
Seminário da Educação	Feriado Letivo	Férias/Recesso
Início e término de Etapa	Estudos de Recuperação Final	Renovação de Matrícula
Seminário da Família	Avaliações globalizante	Mostra de Ciências



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

QUADRO DEMONSTRATIVO DE SEMANAS 2013
MODALIDADE _____

MÊS	2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA	Sábados Letivos	Dias Escolares	TOTAL
JANEIRO	00	00	00	00	00	0	00	00
FEVEREIRO	03	03	03	04	03	0	02	16

MARÇO	04	04	04	03	04	0	01	19
ABRIL	04	04	04	04	04	0	03	20
MAIO	04	04	04	04	04	1	01	21
JUNHO	04	04	04	04	04	1	01	21
JULHO	02	03	03	02	02	1	02	13
AGOSTO	04	04	04	04	04	0	01	20
SETEMBRO	04	04	04	04	04	1	01	21
OUTUBRO	03	04	04	04	03	1	01	19
NOVEMBRO	04	04	04	04	04	0	01	20
DEZEMBRO	02	02	02	02	02	0	01	10
TOTAL	38	40	40	39	38	05	15	200

Observações: Dia: 11/05 - Sábado letivo, funcionará com horário de 2ª feira.
Dia: 01/06 – Sábado letivo, funcionará com horário de 5ª feira.
Dia: 13/07 – Sábado letivo, funcionará com horário de 6ª feira.
Dia: 07/09 – Feriado Letivo - funcionará com horário de 2ª feira.
Dia: 05/10 - Sábado letivo, funcionará com horário de 6ª feira.

QUADRO DEMONSTRATIVO

Semestre	Dias Letivos	Dias	Férias	Recesso
----------	--------------	------	--------	---------

ATENÇÃO!

A Escola deverá ainda acrescentar no seu Calendário Escolar:

- Reuniões de Pais. = 66 dias
- 01(um) encontro coletivo mensal, a partir de março. = 67 dias

Obs.: = 67 dias

1 – Os sábados letivos constantes do Calendário poderão ser móveis a critério da Escola (desde que mantidos aos sábados) e serão destinados a:

- 11/05 - Seminário da família
- 01/06 - Festa Junina
- 13/07 - Arraiá da Cidade
- 05/10 - Mostra da Educação Integral

2 – Os dias destinados a Recuperação final serão para os alunos com aproveitamento insuficiente com a obrigatoriedade da frequência de todos os servidores da Escola.

Carimbo e assinatura do (a) diretor (a)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

23

CALENDÁRIO ESCOLAR - 2013

Janeiro

01 – Feriado

02 a 31 - Férias

Fevereiro – Letivos: 16 dias Escolares: 02

01- Início do Ano Escolar/Reunião Administrativa.

04- Início do Semestre Letivo e Início de Etapa.

11 e 13 – Recesso

12 – Feriado / Carnaval

14 - Aula Inaugural – (extra turno) móvel

Março – Letivos: 19 dias Escolar: 01

___ Encontro Coletivo – (extra turno)

28 – Recesso

29 – Feriado – Paixão de Cristo

Abril – Letivos: 22 dias Escolar: 01

08 e 09 – Seminário da Educação

___ Encontro Coletivo – (extra turno)

22 à 26 – Avaliações Globalizantes.

21 – Feriado - Tiradentes

Maió – Letivos: 21 dias Escolar: 01

01 e 30 – Feriado

18 - Sábado Letivo (Seminário da Família)

14 - Término da 1ª Etapa

___ Encontro Coletivo – (extra turno)

31 - Recesso

Junho – Letivos: 21 dias Escolar: 01

01 – Sábado Letivo (Festa Junina)

___ Encontro Coletivo – (extra turno)

Julho – Letivos: 13 dias Escolares: 02

___ Encontro Coletivo – (extra turno)

13 – Sábado Letivo (Arraia da Cidade) e término do Semestre Letivo.

15 a 28 – Recesso.

29 – Reunião Administrativa

30 – Início do segundo Semestre Letivo

Agosto – Letivos: 20 dias Escolar: 01

15 – Feriado

16 – Recesso

19 à 23 – Avaliações Globalizantes.

___ Encontro Coletivo – (extra turno)

Setembro – Letivos: 21 dias Escolar: 01

04 – Término da 2ª etapa /

___ Encontro Coletivo – (extra turno)

07 – Feriado letivo

09 – Recesso

Outubro – Letivos: 19 dias Escolar: 01

___ Encontro Coletivo – (extra turno)

05 – Sábado Letivo (Mostra da Educação Integral)

12 – Feriado

14 a 18 – Recesso

Novembro – Letivos: 20 dias Escolar: 01

02 e 15 – Feriado.

___ Encontro Coletivo – (extra turno)

20 – Consciência Negra.

25 à 29 – Renovação de Matrícula.

Dezembro – Letivos: 10 dias Escolares: 02

02 a 06 – Avaliações Globalizantes

___ Encontro Coletivo – (extra turno)

13 – Encerramento da 3ª etapa e do Ano Letivo.

16 a 20 – Estudos de Recuperação Final

20 - Encerramento do Ano Escolar

23 a 31 - Recesso

Carimbo e assinatura do (a) diretor (a)